

Reforçar a legitimidade e eficácia da Acção Sindical são condições necessárias para o seu reforço e para a possibilidade de alcançar os nossos Objectivos Reivindicativos

Há três anos se nos dissessem que, neste período os professores fariam duas manifestações com 100.000 participantes, que um Estatuto de Carreira inaceitável para a classe, depois de lhe ter sido imposto, publicado e dado início à sua aplicação, teria sido revisto em aspectos fundamentais como resultado da nossa luta, que nos recentes processos eleitorais os professores se viram inopinadamente transformados em objecto central da respectiva campanha e foram determinantes para os respectivos resultados, não acreditaríamos!

Mas, se tudo isto é verdade, também o é que em termos de resultados concretos, em termos de obtenção dos nossos principais objectivos, ao nível do nosso estatuto profissional, da avaliação de desempenho, da gestão, da estabilidade e direito ao emprego, estamos longe do que entendemos como justo e necessário! O exercício da profissão é hoje, bem mais desgastante e frustrante do que o era há bem pouco tempo – a corrida às reformas, mesmo com fortes penalizações é disso uma boa prova.

Temos pois, de aproveitar as lições deste processo, valorizar e aproveitar os seus aspectos positivos, identificar e corrigir erros e insuficiências, reforçar as nossas capacidades organizativa, reivindicativa e negocial.

Para já uma primeira característica devemos tirar do processo reivindicativo dos últimos 3 anos em torno do ECD, é que NÃO FOI POR ACASO que se passou o que se passou e ficou da luta dos professores a imagem que ficou!!

Foi e é porque a FENPROF, a sua capacidade de mobilização e de luta é determinante, porque o é também o seu esforço para construir e reforçar a unidade entre os professores e as suas organizações sindicais e não só, como é o caso da Plataforma Sindical. Não é fácil fazer o que a FENPROF tem feito a este nível, aceitando ter formalmente o mesmo peso com os seus mais de 60.000 associados, que organizações com 1.000 sócios ou menos, mas viabilizando assim a Plataforma e mais do que isso, o clima psicológico fortemente mobilizador de unidade que se estabeleceu entre os professores.

É de acentuar ainda, apesar das limitações e dificuldades, a realidade e a respectiva imagem, de funcionamento democrático, bem consubstanciada na sua intervenção nas escolas, mas também na consulta directa da classe – dando-lhe a última palavra nas decisões a tomar em momentos decisivos do processo reivindicativo e

negocial, como aconteceu com o dia D, que se seguiu ao "entendimento" celebrado com o Ministério da Educação.

É importante chamar a atenção para a legitimação das decisões tomadas, como o foi no caso do entendimento, clarificando qual a posição da grande maioria dos professores e permitindo ultrapassar sem grandes custos uma decisão difícil e polémica, mas necessária.

Esta questão da legitimidade é aliás uma questão importante, porque polémica, pois muitos consideram que a FENPROF já possui essa legitimidade, como resultado da sua prática democrática, da sua profunda ligação às escolas, da sua representatividade. Sendo tal verdade, é o também o extraordinário reforço dessa legitimidade que resulta de, em momentos especiais (por ex. no final de um processo negocial, perante a necessidade de chegar ou não a acordo, perante o levantar ou não de uma forma de luta, de fazer o balanço de ganhos e perdas dum processo negocial e reivindicativo) os professores serem chamados a participar dessa importante tomada de posição.

Para além da democraticidade deste método, ele aumenta o comprometimento dos professores para com as decisões adoptadas, aumentando significativamente o nº de aderentes aos processos reivindicativos.

Esta é uma metodologia que só é possível se nos órgãos dirigentes houver capacidade de discussão, pluralismo, diversidade, mas também a consciência de que tal solução não se pode banalizar, nem pôr em causa a legítima capacidade executiva das nossas estruturas dirigentes. Estas qualidades têm de ser assumidas pela estrutura dirigente da FENPROF, mas também pelos sindicatos que a integram e por todos e cada um dos seus dirigentes, pelo que há ainda um profundo debate a travar e um complexo caminho a percorrer, num combate essencial para construir um sindicalismo reivindicativo, democrático e verdadeiramente em unidade, só possível na diversidade e no respeito mútuo, assim reforçando a capacidade de alcançar os objectivos por que nos batemos.

A terminar, gostaria de identificar e realçar um outro aspecto, que me parece fundamental: a importância da existência e da intervenção de activistas e delegados sindicais nas escolas e do seu papel dinamizador, aspectos em que se somos incomparáveis com qualquer outra organização, há contudo que reconhecer, para as ultrapassar, as grandes deficiências e insuficiências com que nos defrontamos, sendo necessária uma reflexão profunda para encontrar respostas concretas às efectivas dificuldades que a actual realidade nos coloca.

Necessitamos de encontrar respostas, para as grandes restrições que são levantadas pela nova Lei Sindical, para as difíceis e desgastantes condições de trabalho nas nossas escolas, para o cansaço e para a falta de esperança.

É necessário prestigiar e dar condições de intervenção aos activistas, delegados e dirigentes sindicais, o que constitui um grande desafio em termos profissionais e sindicais para o futuro.

Intervenção no Congresso de Óscar Soares